

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3551/2023-PGJ, DE 3.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

**R E S O L V E :**

Remover, pelo critério de merecimento, a Promotora de Justiça de Pedro Gomes, Mayara Santos de Sousa, Segunda Entrância, símbolo MP-23, para a 1ª Promotoria de Justiça de Cassilândia, de igual entrância (PGA nº 09.2023.00006652-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3552/2023-PGJ, DE 3.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

**R E S O L V E :**

Remover, pelo critério de merecimento, o Promotor de Justiça de Sonora, Thiago Barile Galvão de França, Segunda Entrância, símbolo MP-23, para a 2ª Promotoria de Justiça de Chapadão do Sul, de igual entrância (PGA nº 09.2023.00006700-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3553/2023-PGJ, DE 3.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

**R E S O L V E :**

Remover, pelo critério de merecimento, o Promotor de Justiça de Porto Murtinho, Jean Carlos Piloneto, Segunda Entrância, símbolo MP-23, para a Promotoria de Justiça de Rio Negro, de igual entrância (PGA nº 09.2023.00006688-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3554/2023-PGJ, DE 3.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

**R E S O L V E :**

Remover, pelo critério de antiguidade, a 1ª Promotora de Justiça de Mundo Novo, Lenize Martins Lunardi Pedreira, Segunda Entrância, símbolo MP-23, para a 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, de igual entrância (PGA nº 09.2023.00006690-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3562/2023-PGJ, DE 3.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

**R E S O L V E :**

Remover, por permuta, os Promotores de Justiça Clovis Amauri Smaniotto, para a 39ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, e Fernando Martins Zaupa, para a 17ª Promotoria de Justiça da referida Comarca (PGA nº 09.2023.00006901-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-636/2023/PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3103/2023-PGJ, DE 16.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 15 (quinze) dias de férias remanescentes ao Promotor de Justiça Fernando Martins Zaupa, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 14 a 28.8.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00006003-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-638/2023/PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Ricardo de Melo Alves, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	1 a 10.8.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3268/2023-PGJ, DE 22.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 24.8 a 22.9.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00006440-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-639/2023/PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Humberto Lapa Ferri, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	17 a 26.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3105/2023-PGJ, DE 16.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias remanescentes ao Promotor de Justiça Fernando Jamusse, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 14.8 a 2.9.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00005497-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3265/2023-PGJ, DE 22.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 27.7 a 15.8.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00005136-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-640/2023/PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-641/2023/PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Alexandre Rosa Luz, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	14 a 23.8.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-642/2023/PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Rodrigo Cintra Franco, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2020/2021	26	10.7 a 4.8.2023	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3104/2023-PGJ, DE 16.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 3 a 22.8.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00005743-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-643/2023/PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Rodrigo Cintra Franco, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2020/2021	10	14 a 23.8.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° 3411/2023-PGJ, DE 29.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Angelo Maia Marcelo Pirani, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia, símbolo MPDS-104, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Tecnologia da Informação no período de 3 a 12.7.2023, em razão de afastamento da titular, Myrian Raquel Rodrigues da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3415/2023-PGJ, DE 29.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Ariani Mortari Busaneli Vilharba, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, coordenar a Assessoria de Cerimonial no período de 28 a 30.6.2023, em razão de afastamento da titular, Rosimara Bandeira Vasques de Almeida.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3422/2023-PGJ, DE 29.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Willian Natan Vanderlei Passarini, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na Promotoria de Justiça de Bandeirantes, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 21 a 23.6.2023, em razão de afastamento da servidora Fabiana Pereira da Silva, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3425/2023-PGJ, DE 29.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Bruno Dantas Sanchez, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Conservação do Patrimônio, símbolo MPDS-105, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Engenharia nos dias 29 e 30.6.2023, em razão de afastamento da titular, Thaís da Silva Rodrigues.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3539/2023-PGJ, DE 30.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Wilson Flores Velasques, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, no período de 6.6 a 2.12.2023, em razão de afastamento da servidora Ana Gabriela Kiyomura Merlin.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº e-798/2023/PGJ, DE 3.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1621/2022-PGJ, de 8.12.2022, que concedeu férias ao servidor Pedro do Carmo Sandim Junior, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 11 a 20.9.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 1º a 10.8.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-799/2023/PGJ, DE 3.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1551/2022-PGJ, de 29.11.2022, que concedeu férias ao servidor André Luiz Pasquali, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 17 a 26.7.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 12 a 21.7.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-800/2023/PGJ, DE 3.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-955/2022-PGJ, de 8.8.2022, que concedeu férias ao servidor João Paulo Duarte, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 16 a 25.10.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 31.7 a 9.8.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-801/2023/PGJ, DE 3.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-566/2023-PGJ, de 30.5.2023, que concedeu férias à servidora Rafaela Dutra Marques, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 28.6 a 7.7.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 23.8 a 1º.9.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº e-802/2023/PGJ, DE 3.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1089/2022-PGJ, de 19.9.2022, que concedeu férias ao servidor Pedro Rafael Martins, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 3 a 12.7.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 11 a 20.12.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-803/2023/PGJ, DE 3.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E : A**

Alterar a Portaria nº e-1433/2022-PGJ, de 11.11.2022, que concedeu férias ao servidor Alexandre Mendes da Silva, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 3 a 12.7.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 10 a 19.7.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-804/2023/PGJ, DE 3.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-331/2023-PGJ, de 29.3.2023, que concedeu férias ao servidor Lucas Moraes Coelho, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 27.9 a 6.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 6 a 15.9.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 11 a 20.9.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.9.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-805/2023/PGJ, DE 3.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1196/2022-PGJ, de 21.10.2022, que concedeu férias à servidora Anelita Aparecida de Figueiredo, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 10 a 19.7.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 22.11 a 1º.12.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-806/2023/PGJ, DE 3.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1323/2022-PGJ, de 8.11.2022, que concedeu férias à servidora Claudia Cintra Pereira Neves Regasso, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 3 a 12.7.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 19 a 28.7.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018- PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 040/2023/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

- 1) Inquérito Civil nº 06.2019.00001228-1 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aparecida do Taboado.
- 2) Inquérito Civil nº 06.2020.00000042-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Mildo Ari Vendruscolo - Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental na propriedade denominada Fazenda Guaíra, de propriedade do Sr. Mildo Ari Vendruscolo, em virtude da queimada de cerca de 83,57 hectares, em decorrência de incêndios de grandes proporções.
- 3) Inquérito Civil nº 06.2020.00001182-7 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aparecida do Taboado.
- 4) Inquérito Civil nº 06.2020.00001253-7** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agropecuária Guarujá Ltda., Ricardo Drews - Assunto: Apurar o desmatamento ilegal de aproximadamente 4,06 hectares na Fazenda Buriti do Cervo, localizada em Campo Grande/MS.
- 5) Inquérito Civil nº 06.2021.00000364-2 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó.
- 6) Inquérito Civil nº 06.2021.00000608-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Mildo Ari Vendruscolo - Assunto: Apurar a causa da poluição de qualquer natureza tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortalidade de animais ou destruição significativa da flora, na fazenda Guaira, em Mundo Novo, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 2535.
- 7) Inquérito Civil nº 06.2021.00000735-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia - Requerente: Polícia Militar Ambiental de Cassilândia/MS - Requerida: Concessionária da Rodovia MS 306 S.A. - Assunto: Apurar o fato noticiado no Auto de Infração n. 6066, consistente na queimada provocada supostamente por Rafael Parise e Joelson Martins Delfino.
- 8) Inquérito Civil nº 06.2021.00001357-3** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: João Carlos Hertel - Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental referente a supressão de 6.74 hectares em área de Mata Atlântica, no Lote 49 da Gleba 03 Pirajuí, em Sete Quedas, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Ludo Técnico nº 188/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).
- 9) Inquérito Civil nº 06.2022.00000488-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Elizabete Pinheiro Palmejani, Fazenda São Bento - Assunto: Apurar dano ambiental consistente na exploração de vegetação natural de nascente, bem como extração mineral em Área de Preservação Permanente, ocorridos na Fazenda São Bento, em Bela Vista/MS, detectados pelo Relatório 034, 035 e 036/2º GPMA/BPMA/2021.



**10) Inquérito Civil nº 06.2022.00000570-0** - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Thiago Straliozzo Zanin - Assunto: Apurar eventual desmatamento ilegal na Fazenda Area C.

**11) Inquérito Civil nº 06.2022.00001036-9** - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Specialized Brasil Comércio de Bicicletas Ltda - Assunto: Supostas irregularidades praticadas pela Specialized Brasil Comércio de Bicicletas.

**12) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001334-4** - 2ª Promotoria do Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar as circunstâncias do desaparecimento de um aparelho de celular apreendido nos autos de nº 0000282-51.2021.8.12.0015, Inquérito Policial nº 36/2021, o qual encontrava-se sob custódia da Delegacia de Polícia de Miranda.

**13) Inquérito Civil nº 06.2022.00001500-9** - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Track Bikes - Assunto: Garantir aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor, a instalação e disponibilização de itens obrigatórios e indispensáveis à segurança, quais sejam, campainha, retrovisor esquerdo e sinalização retrorrefletora.

**14) Inquérito Civil nº 06.2022.00001502-0** - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: SMS Import - Assunto: Garantir aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor a instalação e disponibilização de itens obrigatórios e indispensáveis à segurança, quais sejam, campainha, retrovisor esquerdo e sinalização retrorrefletora.

**15) Inquérito Civil nº 06.2022.00001503-1** - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: DReam Bike - Assunto: Garantir aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor instalação e disponibilização de itens obrigatórios e indispensáveis à segurança, quais sejam, campainha, retrovisor esquerdo e sinalização retrorrefletora.

**16) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001559-7** - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Escola PArk Tool - Assunto: Garantir aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor, a instalação e disponibilização de itens obrigatórios e indispensáveis à segurança, quais sejam, campainha, retrovisor esquerdo e sinalização retrorrefletora.

**17) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001560-9** - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Calypso - Assunto: Garantir aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor, a instalação e disponibilização de itens obrigatórios e indispensáveis à segurança, quais sejam, campainha, retrovisor esquerdo e sinalização retrorrefletora.

**18) Inquérito Civil nº 06.2023.00000031-0** - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Águas Guariroba S/A - Assunto: Apurar a existência de extravasamentos de esgoto em via pública, entre as coordenadas 21K 754858,7737623 e 754858,7737624, em frente à SEMAGRO e ao Tribunal de Contas, no Parque dos Poderes, nesta capital, e as providências adotadas pela Concessionária Águas Guariroba para solução do caso.

**19) Inquérito Civil nº 06.2023.00000052-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Amiuker Leite Cardoso, Fazenda Ronco do Bugio - Assunto: Apurar suposto dano ambiental constatado na propriedade denominada Fazenda Ronco do Bugio em Caracol/MS, sendo desmatamento de 0,94 hectares de vegetação nativa em área proposta para reserva legal, conforme Parecer nº 66/22/NUGEO bem como Relatório nº 022/2GPMA/BPMA/2022.

**20) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000080-9 (Sigiloso)** - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande.

**21) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000260-7** - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Atrio Esportes - Assunto: Garantir aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor, a instalação e disponibilização de itens obrigatórios e indispensáveis à segurança, quais sejam, campainha, retrovisor esquerdo e sinalização retrorrefletora.

**22) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000261-8** - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Treck Bikes - Assunto: Garantir aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor a instalação e disponibilização de itens obrigatórios e indispensáveis à segurança, quais sejam, campainha, retrovisor esquerdo e sinalização retrorrefletora.

**23) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000262-9** - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Vela Bikes - Assunto: Garantir aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor, a instalação e disponibilização de itens obrigatórios e indispensáveis à segurança, quais sejam, campainha, retrovisor esquerdo e sinalização retrorrefletora.



**24) Inquérito Civil nº 06.2023.00000452-7** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Taquarussu/MS - Assunto: Apurar eventual pagamento de gratificação indevida aos servidores da Câmara Municipal de Taquarussu.

**25) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000492-7** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Inocência - Requerentes: Ministério Público Estadual e Olivalto Ferreira - Requerido: Henrique César Lória Alves (Presidente da Câmara Municipal de Inocência) - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa na ausência de disponibilidade de informações no sítio da Câmara Municipal de Inocência, em especial no portal transparência.

Campo Grande, 3 de julho de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

## **DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 3 DE JULHO DE 2023.**

### **7. Ordem do dia:**

#### **7.1. Matérias Administrativas:**

##### **7.1.1. Expedientes:**

**1. Aprovar *ad referendum* a Portaria nº 571/2023–PGJ, de 7.2.2023**, que tornou pública a Lista de Antiguidade dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, atualizada até 31 de dezembro de 2022, publicada no DOMP-MS nº 2.835, de 9 de fevereiro de 2023, e tornar sem efeito a Portaria nº 337/2023-PGJ, de 25.1.2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00064415-6*).

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, referendou a Portaria nº 571/2023-PGJ, de 7.2.2023, que torna pública a Lista de Antiguidade dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.***

##### **2. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

• **Ofício nº 0171/2023/07PJ/TLS, de 19.04.2023.** O Promotor de Justiça Etéocles Brito Mendonça Dias Júnior encaminha, para conhecimento do Conselho Superior e providências cabíveis (notadamente revogação dos atos de autorização para a realização sem prejuízo das funções), a Certidão de Conclusão do Curso de Doutorado em Direito da Faculdade Autônoma de Direito – FADISP, e informa que submeteu à arguição pública da Tese intitulada “A Função Social dos Contratos (Arts. 421 e 2.035 do Código Civil) na Atuação Complementar da Iniciativa Privada Perante o Sistema Único de Saúde”, e foi aprovado em 30/03/2023. (PGA nº 09.2019.0000951-0).

**Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, tomou ciência da Certidão de Conclusão do Curso de Doutorado em Direito da Faculdade Autônoma de Direito – FADISP, e da submissão à arguição pública da Tese intitulada “A Função Social dos Contratos (Arts. 421 e 2.035 do Código Civil) na Atuação Complementar da Iniciativa Privada Perante o Sistema Único de Saúde”, e da aprovação em 30/03/2023, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.***

##### **7.1.2. Aprovação de Acordos de Não Persecução Cível firmados em Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, celebrados na fase extrajudicial, conforme artigo 6º, § 5º da Resolução nº 3/2021-CPJ, de 31.5.2021:**

###### **1. Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003857-2**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual



Requeridos: Ricardo de Mattos Sacco

Assunto: Acompanhar a aprovação, homologação judicial e cumprimento do acordo de não persecução cível firmado com Ricardo de Mattos Sacco, em virtude dos fatos objeto do Inquérito Civil 06.2018.00001986-0.

**Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

**Vista: Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo**

EMENTA: VOTO-VISTA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – DOURADOS - PATRIMÔNIO PÚBLICO - OBJETO - ACOMPANHAR A APROVAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL E CUMPRIMENTO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL MÚLTIPLOS INVESTIGADOS - AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA INSTRUÍDA COM O INQUÉRITO CIVIL ORIGINÁRIO EM FACE DE UMA INVESTIGADA - CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL COM OUTRO INVESTIGADO - DESMEMBRAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL - PRELIMINAR - IRREGULARIDADE NA INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO AO PROCESSAMENTO, APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL - DESCUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 6º, §§ 5º E 9º, DA RES. 03/2021-CPJ, DE 31 DE MAIO DE 2021 - NÃO CONHECIMENTO - NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO PROCEDIMENTO MEDIANTE A INSTAURAÇÃO DE NOVO INQUÉRITO CIVIL. 1. O Procedimento Administrativo não merece ser conhecido, porquanto houve o descumprimento do disposto no §5º, do art. 6º, da Resolução nº 03/2021-CPJ, de 31 de maio de 2021, que estabelece o Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil como sendo os procedimentos legais a serem instaurados em caso de desmembramento do inquérito civil originário. 2. Em consonância, o §9º, do art. 6º, da Resolução n. 03/2021-CPJ, de 31 de maio de 2021, determina que na hipótese de o acordo firmado com um investigado não acarretar o esgotamento do objeto da investigação, o membro do Ministério Público deverá promover seu desmembramento, instaurando-se novo procedimento (procedimento preparatório ou inquérito civil) com o acordo entabulado, instruindo-o com cópia integral do procedimento original, procedendo-se remessa desse ao Conselho Superior do Ministério Público para aprovação e posterior envio ao Poder Judiciário para obtenção de homologação judicial, nos termos no art. 17-B, § 1º, II e III, da Lei nº 8.429/1992. 3. Sendo assim, necessário o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que efetue a regularização do procedimento que encaminha o ANPC para aprovação do Conselho Superior, mediante a instauração de novo procedimento preparatório ou inquérito civil. 4. Procedimento Administrativo não conhecido.

***Deliberação: O Conselho, por maioria, acompanhando a divergência, não conheceu do Procedimento Administrativo e determinou a devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem para correção do procedimento, mediante a instauração de novo Inquérito Civil, visando a remessa deste ao Conselho Superior para aprovação do acordo de não persecução cível celebrado e posterior homologação judicial, nos termos do voto vista da Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, vencido o voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.***

## **2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001039-4 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

**Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminham.**

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, aprovou o Acordo de Não Persecução Cível celebrado pela 1ª Promotoria de Justiça de Itaporã e determinou a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que viabilize a homologação judicial do ajustamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminham.***

## **3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000028-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adalberto Luiz Reichert, Oficial Titular do Registro de Imóveis de Itaporã

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa pelo Tabelião de Itaporã, vincada na possível abstenção/renitência quanto ao cumprimento de ordem judicial.

**Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PELO TABELIÃO DE ITAPORÃ, VINCADA NA POSSÍVEL ABSTENÇÃO/RENITÊNCIA QUANTO AO CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL NÃO APROVADO. 1. Analisando os autos, observa-se que houve a celebração de Acordo de Não Persecução Cível com o requerido Adalberto Luiz Reichert. 2. Contudo, nota-se que a especificação legal da modalidade de ato de improbidade administrativa descrita no ANPC é o artigo 11, inciso II, da Lei nº 8.429/1992, expressamente revogado após a publicação da Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021. 3. Além disso, verifica-se que no





Acordo entabulado a multa civil, no valor de R\$ 1.212,00, é destinada à “Subconta Judicial da Vara Única da Comarca de Itaporã, vinculada ao Provimento 86/2013, cuja quantia será destinada para custear projetos sociais no Município de Itaporã, promovidos por entidades cadastradas no juízo”, portanto em desacordo ao que estabelece o artigo 11, § 1º, da Resolução nº 003/2021-CPJ. 4. No mesmo sentido, verifica-se que a multa pelo eventual descumprimento do Acordo também foi destinada à “Subconta Judicial da Vara Única da Comarca de Itaporã”, portanto em descumprimento ao artigo 11, § 1º, da Resolução nº 003/2021-CPJ. 5. Diante disso, voto pela não aprovação do Acordo de Não Persecução Cível por este Conselho Superior e propugno pela baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para a adoção das providências que entender pertinentes ao caso, em respeito à independência funcional do Membro do Parquet de primeiro grau, bem como para que se manifeste com relação aos pontos suscitados neste voto, devendo sempre se atentar às orientações do Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações do Ministério Público de Mato Grosso do Sul. VOTO PELA NÃO APROVAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL.

***Deliberação: O Conselho à unanimidade, votou pela não aprovação do Acordo de Não Persecução Cível e propugnou pela baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para a adoção das providências que entender pertinentes ao caso, em respeito à independência funcional do Membro do Parquet de primeiro grau, bem como para que se manifeste com relação aos pontos suscitados neste voto, devendo sempre se atentar às orientações do Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo***

### **7.1.3. Remoções:**

#### **1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006652-4**

Expediente: Aviso nº 39/2023/CSMP, 16.6.2023, publicado no DOMPMS nº 2.916, em 19/6/2023.

Assunto: Remoção pelo critério de merecimento para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia, segunda entrância.

**Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça o nome da Promotora de Justiça Mayara Santos de Sousa para figurar na primeira vaga da lista tríplice para remoção pelo critério de merecimento para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia, segunda entrância, para compor a segunda vaga da lista tríplice indicou o nome do Promotor de Justiça Murilo Hamati Gonçalves, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.***

#### **2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006698-0**

Expediente: Aviso nº 43/2023/CSMP, 16.6.2023, publicado no DOMPMS nº 2.916, em 19/6/2023.

Assunto: Remoção pelo critério de antiguidade para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia, segunda entrância.

***O Procedimento de remoção restou prejudicado em razão da única candidata inscrita, Promotora de Justiça Mayara Santos de Sousa, ter sido removida no concurso anterior.***

#### **3. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006700-1**

Expediente: Aviso nº 44/2023/CSMP, 16.6.2023, publicado no DOMPMS nº 2.916, em 19/6/2023.

Assunto: Remoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul, segunda entrância.

**Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça o nome do Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França para figurar na primeira vaga da lista tríplice para remoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul, segunda entrância, para compor a segunda vaga da lista tríplice indicou o nome do Promotor de Justiça Murilo Hamati Gonçalves, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.***

#### **4. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006688-0**

Expediente: Aviso nº 46/2023/CSMP, 16.6.2023, publicado no DOMPMS nº 2.916, em 19/6/2023.

Assunto: Remoção pelo critério de merecimento para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro, segunda entrância.

**Inscritos:** Promotores de Justiça André Luiz de Godoy Marques e Jean Carlos Piloneto.

**Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça o nome do Promotor de Justiça Jean Carlos Piloneto para figurar na lista tríplice para remoção pelo critério de merecimento para a 1ª Promotoria de***



***Justiça da comarca de Rio Negro, segunda entrância, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.***

**5. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006690-2**

Expediente: Aviso nº 47/2023/CSMP, 16.6.2023, publicado no DOMPMS nº 2.916, em 19/6/2023.

Assunto: Remoção pelo critério de antiguidade para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai, segunda entrância.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça o nome da Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira para remoção pelo critério de antiguidade para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai, segunda entrância.***

**6. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006901-0**

Aviso nº 48/2023/CSMP, 26.6.2023, publicado no DOMPMS nº 2.922, em 27/6/2023.

Assunto: Pedido de remoção por permuta formulado pelo Promotor de Justiça Clóvis Amauri Smaniotto, titular da 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, e pelo Promotor de Justiça Fernando Martins Zaupa, titular da 39ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, aprovou o pedido de remoção por permuta entre os Promotores de Justiça Clóvis Amauri Smaniotto e Fernando Martins Zaupa.***

**7.2. Julgamento de Processo:**

**1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00007037-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Recorrente: Advogado - Dr. Thiago Angelo Santo Pietro

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar "denúncia" apresentada pelo advogado da Câmara Municipal de Angélica, Dr. Thiago Ângelo Santo Pietro, sobre eventual irregularidade/ilegalidade na forma de provimento para os cargos de Procurador-Geral da Câmara Municipal e Diretor-Geral da Câmara de Angélica/MS.

**Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

***EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ANGÉLICA/MS - APURAÇÃO DE "DENÚNCIA" APRESENTADA PELO ADVOGADO T. A.S.P. DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANGÉLICA, ACERCA DE EVENTUAL IRREGULARIDADE/ILEGALIDADE NORMATIVA DA FORMA DE PROVIMENTO PARA OS CARGOS DE PROCURADOR-GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL E DIRETOR-GERAL DA CÂMARA DE ANGÉLICA - PRELIMINAR PREJUDICADA EM RAZÃO DA MATÉRIA - NO MÉRITO PELO ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO. Inicialmente, é de se ponderar que resta prejudicada a preliminar pela matéria não ter sido postulada diretamente ao Procurador-Geral de Justiça, eis que se apresenta como órgão exclusivamente competente em razão da matéria constitucional e de fundo a ser decidida, notadamente, para apreciação acerca da constitucionalidade ou não da matéria normativa impugnada, para os eventuais fins de propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade. Por sua vez, no mérito, é de se acolher a promoção de arquivamento da presente "Notícia de Fato", em face das razões invocadas pelo douto Promotor de Justiça de origem, cujas razões adoto como fundamentos decisórios. Homologação.***

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, no mérito, votou pelo arquivamento da presente Notícia de Fato, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.***

Campo Grande, 3 de julho de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP



**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE003076 DE 30.06.2023 DO PROCESSO 09.2023.00006962-1**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: RC Ramos Comércio Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 47/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 8/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 1.008,00 (um mil e oito reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE003076, de 30.06.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/PGJ/2023**

Processo nº 09.2023.00003677-4

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ARQUITETURA HUMANA CONSULTORES LTDA.**, representada por **Sandro de Paiva Infantini**.

Processo licitatório: Inexigibilidade de licitação.

Amparo legal: Artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Implantação, pela Contratada, da ferramenta e plataforma SIGAH Engaja+ Pro – Soluções Integradas de Gestão Arquitetura Humana (Sistema Web e APP), para realização de pesquisa de engajamento e clima organizacional de 1.500 (um mil e quinhentos) integrantes do MPMS, com uso ilimitado do software pelo período de 12 meses, incluindo a realização de Pesquisa de Engajamento e Clima (PEC) e Pesquisa *Pulse*; a realização de curso de capacitação com emissão de Certificação para 30 (trinta) servidores no MPMS, que permita aos capacitados a competência de utilização do software e domínio da metodologia para implementação da solução neste Órgão como um todo, e, *feedback* e gestão do plano de ação, com armazenamento dos históricos dos indicadores diagnosticados, tendo como base a Política de Gestão de Pessoas no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 74.100,00 (setenta e quatro mil e cem reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2023NE000259, 2023NE000260 e 2023NE000261, datada de 28.06.2023.

Vigência: 03.07.2023 até 03.07.2024.

Data de assinatura: 3 de julho de 2023.

**EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 098/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/2080/2020 – PGA 09.2022.00012590-4

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **FLAVIO VASCONCELOS ALVES E CASTRO**, representada por **Flavio Vasconcelos Alves e Castro**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 4/PGJ/2020 – Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2020.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II e artigo 65, inciso II, alínea “d”, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses; e a revisão de preço do item 1, especificado no Anexo II – Proposta Detalhe do Contrato nº 098/PGJ/2020.

Valor total: R\$ 442.787,52 (quatrocentos e quarenta e dois mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos).

Vigência: 30.08.2023 a 03.08.2024.

Data de assinatura: 30 de junho de 2023.

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 137/PGJ/2021**

Processo: PGJ/10/0774/2021 – PGA nº 09.2023.00004260-0

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- PRO-INFO ENERGIA ININTERRUPTA E INFORMÁTICA EIRELI**, representada por **André Luiz Parreiras**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 03/PGJ/2021.

Amparo legal: Artigo 57, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 24 (vinte e quatro) meses.

Valor mensal: R\$ 89.064,00 (oitenta e nove mil e sessenta e quatro reais).

Vigência: 20.07.2023 a 20.07.2025.

Data de assinatura: 30 de junho de 2023.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/PGJ/2022**

Processo: 09.2021.00005957-0

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- GR COMÉRCIO LTDA**, representada por **Bruna Goretti Alves Lopes**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 06/PGJ/2022.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Substituição de marca dos itens 15, 16, 17, 18 e 26, registrados na Ata de Registro de Preços nº 37/PGJ/2022, do Pregão Eletrônico nº 06/PGJ/2022:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
15	Conector de emenda para cabo até 4mm, para 2 entradas, (...). Marca: <b>Decorlux</b> .	Unidade	1.000	5,50
16	Conector de emenda para cabo até 4mm, para 3 entradas, (...). Marca: <b>Decorlux</b> .	Unidade	1.000	6,00
17	Conector de emenda para cabo até 4mm, para 5 entradas, (...). Marca: <b>Decorlux</b> .	Unidade	1.000	9,80
18	Conector de derivação de baixa tensão, (...). Marca: <b>Decorlux</b> .	Unidade	1.000	21,00
26	Luminária do tipo hermética, com grau de proteção IP65, com encaixe para 2 lâmpadas T8 LED de 1200mm, (...) Marca: <b>Lumepetro</b> .	Unidade	150	140,00

Data de assinatura: 3 de julho de 2023.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0014/2023/34PJ/CGR**

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000024-2

Requerente: Anônimo

Requerido: Nantes & Nantes Ltda ME

Objeto(s): Apurar possível irregularidade e perturbação de sossego perpetrado pelo estabelecimento comercial "Rota Acústica" - CNPJ 02.139.422/0001-78 - situado na rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 917, em frente à Uniderp Agrárias.

Campo Grande, 03 de julho de 2023

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0015/2023/34PJ/CGR**

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000025-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Ewerton Araújo de Oliveira

Objeto(s): Apurar a poluição sonora produzida pelo empreendimento denominado razão social EWERTON ARAÚJO DE OLIVEIRA, nome fantasia QUINTAL DO SAMBA, CNPJ nº 38.947.363/0001-01, com endereço na Rua Santa Doroteia, 358, Vila Carvalho, em Campo Grande-MS, havendo indícios de estar instalado e operando sem licença ou autorização ambiental ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Campo Grande, 03 de julho de 2023

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça



---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**ANGÉLICA**

---

**EDITAL Nº 0023/2023/PJ/AIC**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, Bairro Industrial, Angélica/MS, endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.br>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000660-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Angélica/MS

Assunto: Apurar a possível ocorrência de violação dos direitos das crianças e adolescentes desta urbe em razão da distância da instituição de acolhimento conveniada, inviabilizando a reaproximação familiar e o fortalecimento de vínculos.

Angélica, 03 de julho de 2023

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

---

**BELA VISTA**

---

**EDITAL Nº 0029/2023/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2023.00007055-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Nilton Fernando Rocha Filho, Fazenda Vaca Mocha

Assunto: Acompanhar Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos dos Inquéritos 06.2018.00001572-0; 06.2020.00000655-7 e 06.2021.00001142-0

Bela Vista/MS, 30/06/2023

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Presidente do **Fundo de Assistência Médico-Hospitalar do Ministério Público – FAMEH/MP**, na forma do artigo 30, inciso VIII e com fundamento no art. 25, inciso III, ambos de seu Estatuto, convoca a **Assembleia Geral Ordinária** dos Beneficiários Titulares, membros ou pensionistas do MP filiados à Operadora de Saúde, a realizar-se de forma híbrida na plataforma *on line Microsoft Teams*, em data e horário abaixo descrito, podendo a quem preferir comparecer pessoalmente no local abaixo descrito, para tratar, discutir e deliberar acerca da seguinte ordem do dia:

1. Aprovação do relatório anual da Diretoria Executiva referente ao exercício do ano de 2022, com as contas e balanço aprovados pelo Conselho Fiscal, apresentado pelo Contador.
2. Apresentação dos pareceres do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 2022
3. Apresentação do Relatório Atuarial do ano de 2022.
4. Apresentação do resultado dos investimentos financeiros, pela assessoria do Banco BTG-Pactual.
5. Outros assuntos.

**Local:** Sede do Fundo de Assistência Médico-Hospitalar do Ministério Público de Mato Grosso do Sul – FAMEH, Av. Ricardo Brandão 232, Bairro Itanhangá Park – Campo Grande/MS.

**Data:** **04 de agosto de 2023 (sexta-feira)**

**Hora:** Primeira Convocação: **09h**, com a presença da maioria dos Associados;

Segunda Convocação: **09h15min**, com a presença de qualquer número de Associados.

Acesso à sala virtual: O *link* de acesso a sala virtual será enviado em até 01 hora antes do início do debate para o e-mail dos Beneficiários. Para acesso, o Beneficiário deverá clicar no *link* recebido, preencher o seu nome, clicar no botão "Ingressar em Reunião do *“Microsoft Teams”* e aguardar o aceite do moderador da sala.

Campo Grande/MS, 03 de julho de 2023.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA  
Presidente